

RESENHA

ANTONACCI, Maria Antonieta M. *A vitória da Razão (?)*. São Paulo: Marco Zero/ CNPq, 1993.

Déa Ribeiro Fenelon

Chega às livrarias mais um trabalho de investigação histórica defendido como tese de Doutorado, no Departamento de História da FFCHL, da Universidade de São Paulo, em 1986. O livro faz parte da Coleção "*Onde está a República*", dirigida pelo historiador Marcos A. da Silva e publicada pela editora Marco Zero, com a cooperação financeira do CNPq, como parte do programa do Centenário da República. Desta coleção fazem parte outros títulos, também resultados de dissertação e teses, defendidas nos últimos anos e bastante significativos para a compreensão no período republicano. Louve-se, pois, mais esta iniciativa, que proporciona a oportunidade de tirar do ineditismo das prateleiras universitárias a produção dos jovens historiadores.

A inspiração do livro sobre o *IDORT - Instituto de Organização Racional do Trabalho* resultou da participação da historiadora Maria Antonieta M. Antonacci em projetos coletivos de *Fontes para o Estudo da Industrialização Brasileira* e depois *Formação do Trabalhador Assalariado Urbano*, desenvolvidos na UNICAMP, no período de 1980 a 1983 e nas preocupações em discutir "*Processo de Trabalho e Tecnologia*", como concretização das relações de subordinação/insubordinação, em uma das linhas de pesquisa que compunham, naquele momento, a intenção de colocar, a partir da perspectiva histórica, temáticas até ali pouco trabalhadas na historiografia brasileira contemporânea.

O título do livro vem da idéia levantada pelos próprios idortianos, nas comemorações dos anos de *IDORT*, em 1961, saudando a produção e aplicação de um saber científico dirigido à organização do trabalho. Como bem lembra a autora, está aí o reconhecimento de que a atuação

Déa Ribeiro Fenelon é professora do Programa de Pós-Graduação em História da PUC-SP

do *IDORT* se dera em um campo minado por várias lutas e tensões sociais, pois vitória implica conflitos e combates e a vitória da razão pressupõe poderes e habilidades para fazer alianças, planejar e investir nos elementos que contribuem para a “racionalidade” de suas práticas. Assim, “enquanto no afirmativo a idéia difunde o significado que lhe atribuía o empresariado, organizado no *IDORT*, no interrogativo expressa a dinâmica deste estudo, pautado pela intenção de atravessar essa concepção de vitória e apreender sua construção na conflituosa trajetória de reorganização do mundo do trabalho... Daí, no título interrogativo sub-jaz a vontade política de ressaltar o confronto com a prática da razão afirmativa a impositiva, incapaz de reconhecer o outro”. Indaga-se pois das razões e das tentativas de se impor, enquanto única força capaz de um projeto para a sociedade como um todo, caracterizando-o mesmo como um projeto para a nação. Esta é, certamente, uma questão de crucial importância para o nosso presente, marcado pelas discussões de inúmeras perspectivas de projetos impositivos e autoritários e pelas tentativas de construção de alternativas para a sociedade brasileira.

O suposto é o de que a organização do processo de trabalho, na sociedade industrial, “levanta a explosiva questão das escolhas políticas e remete à constituição e articulação de identidades sócio-culturais”. Propõe-se a acompanhar como, nestas lutas e crises da sociedade capitalista, se abrem as condições para o questionamento e o enfrentamento dessa substituição do político pelo tecnocrático. Assim, a autora define suas preocupações teóricas e as motivações desenvolvidas ao longo do livro, numa investigação criteriosa, cujos resultados se apresentam como obra coerente e partilhada de raciocínios argutos, na intenção de acompanhar o dinamismo do processo histórico.

Neste sentido, procura trazer a discussão de sua temática para as lutas dos trabalhadores no tempo presente, reafirmando que “como sujeitos sociais coletivos, redefiniram no interior de amplos e diversificados movimentos populares, não só a concepção de sujeito, de trabalho, de luta, como o próprio campo de exercício da democracia... fazendo das suas reivindicações por melhores condições de trabalho e de vida um processo de lutas e negociações, da democracia um ato de politização e confronto contínuos e da instância pública, mais que uma administração, uma conquista de direitos, passou do sindical e local para o político partidário”.

Com isto, quer a autora se colocar em uma perspectiva de discutir e investigar o passado, no referente às questões da chamada modernização fabril, sem se restringir às simples imposições e reformulações tecnológicas do processo de trabalho. Acentua, de maneira significativa, seu interesse em acom-

panhar a reorganização da sociedade e do Estado na modelagem de “*um novo homem*” e de “*um novo tempo*”. A investigação está, assim, inserida no debate instaurado sobre as formas de organização e de luta dos trabalhadores, no constante “*fazer-se*” destes sujeitos sociais em São Paulo, no período a partir de 1931, quando surgiu e *IDORT*. Em se tratando de uma instituição como esta, é inegável a oportunidade, que a autora não deixa passar, de examiná-la como uma instância privilegiada de organização da burguesia industrial paulista em suas dimensões de enfrentamento com os demais setores da sociedade. É esta a proposta do livro: acompanhar o movimento de racionalização desencadeado por setores do empresariado paulista.

Trabalhar esta investigação, ou seja, desvendar a institucionalização das propostas de racionalização do trabalho, levantando preocupações e indagações outras, que não a simples relação com os discursos dos cálculos estatísticos e da produtividade acadêmica, demandou neste, como em outros estudos, redimensionar também a prática profissional dos historiadores. Alargá-la em suas dimensões políticas, estendendo inquestionavelmente suas formas de abordagem dos temas à disposição dos pesquisadores, significou incluir, nas preocupações de compreensão da luta instaurada no social, novos personagens, agentes e atores da História da Brasil. Significou, sobretudo, assumir o cunho político destas temáticas, embrenhar-se no cipó das fontes históricas e procurar extrair delas, no diálogo constante do historiador com suas evidências, as relações contraditórias do movimento da História. Tarefa a que a autora se propõe e realiza com dedicação e seriedade, enfrentando as limitações e os desafios de tal proposta, como intelectual que é, comprometida com o seu tempo a sua profissão.

Importante é se destacar, desde logo, que o estudo aqui analisado acrescenta uma qualidade à maneira como os historiadores abordam e se aproximam de um estudo sobre instituições. Mais que simplesmente deduzir dela e a partir dos discursos de seus dirigentes, uma prática que se enuncia em suas várias atividades, a autora consegue acompanhar o dinamismo do movimento de constituição deste agrupamento. Surge de sua pesquisa e de sua narração uma instituição viva, atuante, polêmica, que não só levanta questões pertinentes e necessárias ao momento histórico, mas que também é capaz de se ampliar, de se diversificar, estendendo suas práticas a toda a vida social, cultural, estatal e política.

Fica, pois, a certeza de que a partir deste trabalho se pode avaliar bem as expectativas e as pretensões de muitos daqueles empresários, que compuseram as várias dimensões do *IDORT*, enquanto instituição. Empresários que travestidos de intelectuais, para justificar suas atitudes de disputa do controle da sociedade, polemizaram a idéia de que “a

racionalização diz não somente à produtividade e eficácia empresarial, mas fundamental, a razões do poder e disciplina social”.

Nesta medida, discutir a existência de uma instituição deste porte, na sociedade paulista, no período que vai de sua fundação, em 1931, até o final da Segunda Guerra Mundial, contribui consideravelmente para a compreensão de outras dimensões da luta social e política enfrentada pela burguesia industrial paulista e das dificuldades na realização histórica das programações idealizadas a partir de seus interesses. É este o desafio maior, o percurso e o movimento histórico que tão bem se concretiza no trabalho aqui resenhado. Interessada em redimensionar a tarefa do historiador, a pesquisadora conduz seu trabalho para tratar a instituição não apenas como um dado da realidade, que sempre existiu e já se encontra pronta, mas se dispõe a explorar as contradições e os embates do social como força instituidora da história e como tal deve ser compreendido na investigação. Só assim pôde a autora realizar um trabalho com uma instituição como o *IDORT*, que se dizia da sociedade como um todo, mas que representava fortemente os interesses da burguesia industrial paulista que, em suas práticas, sempre disputou a hegemonia do Estado com outros setores sociais. Nesta disputa trouxe à tona a necessidade de racionalizar também a administração pública, para ampliar a eficiência do poder, procurando moldá-lo de acordo aos seus interesses e envolvendo a todos em seu esforço para impor uma data temporalidade e definir uma memória única, instituindo-a como a história do período.

Dada a ênfase trabalhada ao longo do livro, fica um pouco na promessa, ou apenas na indicação, as relações entre as propostas do *IDORT* e as propostas do *IDORT* e as políticas e práticas do Estado Novo. E, para despertar nossa curiosidade, lá estão todas as pistas sobre as tendências à aproximação entre as concepções do *IDORT* e a do nazi-fascismo alemão, bem como a exaltação do corporativismo italiano, com grandes exemplos, bastante usados pelos industriais, sobre as perfeitas condições para instauração dos projetos de racionalização. Mas afinal, digamos que lista seria assunto e tarefa para outra tese ou outro livro. Fica aí a sugestão para os que vierem depois.